

Presença e peso da política externa francesa sob Sarkozy

Presence and role of the French foreign policy under Sarkozy

HEITOR FIGUEIREDO SOBRAL TORRES*

Meridiano 47 n. 97, ago. 2008 [p. 35 a 38]

A transição presidencial de Jacques Chirac a Nicolas Sarkozy, ocorrida em maio de 2007, repercutiu como uma fase de renovação na política francesa. Embora posicionados em escalas praticamente idênticas do espectro político, Chirac e Sarkozy são dotados de estilos diferentes de administração, mesmo que apoiados constantemente em valores comuns, como a participação significativa do Estado na economia. Mais que um estilo diferente, o novo presidente assumiu o cargo com responsabilidades distintas, sinalizadas em sua campanha e aspiradas pelo povo francês ao demonstrar descontentamento com os doze anos de governo de Chirac.

O imobilismo dos últimos anos do governo anterior, aliado a certo conservadorismo na execução da política externa, deu lugar a uma abordagem mais reformista. O ato inicial de nomear um gabinete multiétnico e com forte presença feminina teve forte repercussão simbólica. A negociação direta com as tradicionalmente poderosas uniões trabalhistas permitiu a execução das primeiras modificações na economia local.

A política externa, para a qual as atenções serão voltadas nessa análise, também contou com dose semelhante de ruptura. Vale notar, de antemão, que a inflexão inicial foi principalmente ideológica e alegórica. A postura antiamericana, pró-arabista e de laços significativos com as antigas colônias, cultivada praticamente desde Charles de Gaulle e sustentada por Chirac, parece ter dado lugar a

maior aproximação com os Estados Unidos e com Israel, além da diversificação das relações com países africanos e asiáticos.

A metáfora do presidente hiperativo e categórico foi reforçada com a nomeação de Bernard Kouchner para o cargo de ministro das Relações Exteriores. Fundador do “Médecins sans frontières” e humanista notório, Kouchner não tem, assim como Sarkozy, formação nas academias de administração pública francesas. Reforçou-se, assim, a imagem de um ministro resoluto, ativo e avesso ao trabalho burocrático, com forte ênfase na negociação direta com aliados e antagonistas.

O alinhamento aos EUA foi a primeira das ações substantivas da política externa de Sarkozy. A oposição à Guerra do Iraque, que marcou o governo Chirac, foi substituída por maior engajamento na Guerra do Afeganistão e, de maneira correspondente, na OTAN. O discurso antiterror foi incorporado à retórica do novo governo, não só como uma preocupação com a segurança nacional, mas também como uma demonstração de comprometimento da França com os Estados Unidos e com o seu próprio ideal patriótico de agir como um ator global significativo.

A reação a essa nova postura foi ambivalente. A aliança com os EUA engendrada por Sarkozy é muito mais oportuna que a proposta por Tony Blair a partir da Guerra do Iraque, por exemplo: a França se insere nesse processo em uma fase marcada pela ressurgência (“the surge”) do exército americano

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (heitorfstorres@yahoo.com.br).

no Iraque e por políticas mais pragmáticas da administração Bush, enquanto Blair amargou um grau de impopularidade análogo à truculência das ações iniciais norte-americanas no local. Acrescida a isso está a conjuntura das eleições presidenciais nos Estados Unidos. Barack Obama e John McCain parecem estar dispostos a desenvolver uma aliança “transatlântica” mais efetiva e multilateral. Nesse sentido, o governo Sarkozy estaria na vanguarda de uma tendência a maior investimento em defesa e participação em esquemas de segurança que seria esperada dos países europeus.

O “efeito Iraque”, no entanto, repele o apoio da opinião pública francesa a incursões militaristas e pró-americanas. A chegada de corpos de soldados mortos em guerras distantes e em operações pouco claras tem um efeito significativo no incremento da desconfiança popular, certamente mais intenso que a atribuição de causas justas ao conflito.

Outra vertente importante das ações externas francesas é o envolvimento com a União Européia. A condição de líder do bloco, usualmente compartilhada com a Alemanha e com o Reino Unido, foi intensificada com a presidência rotativa do Conselho da UE.

Os demais membros do Conselho, no entanto, vêem com ressalvas o dinamismo promovido na presidência desde julho. Não que a disposição de Sarkozy seja intrinsecamente um problema; o fato é que uma presidência forte pode levar a uma defesa também forte dos interesses do portador da presidência, em detrimento das prioridades da UE como unidade. E isso é especialmente verdadeiro para um conjunto de tópicos em que a posição francesa não se coaduna com a dos demais membros: as negociações para a entrada da Turquia na EU – abertamente contrariadas por Sarkozy; a abordagem protecionista com relação ao Banco Central Europeu; e a redução das emissões de carbono entre os europeus, em que a França também demonstra uma posição mais protecionista que liberal.

A oportunidade de comandar os debates sobre assuntos que interessam a todo o bloco é excelente para que a política externa de Sarkozy e Kouchner ganhe projeção internacional ainda maior, mesmo

que isso tenha custos para a estratégia unificada do bloco. As vantagens do dinamismo na presidência francesa foram evidenciadas no trato do conflito entre a Rússia e a Geórgia. Sarkozy participou pronta e ativamente das negociações de um cessar-fogo entre as partes, exigindo a cooperação russa com veemência. A conferência de cúpula da UE em primeiro de setembro sinalizou claramente a resistência do bloco à maior ingerência e assertividade russa no Cáucaso, e a França, mesmo com certa dependência energética, tem liderado as resoluções.

Todos esses exemplos ocultam, contudo, a ação mais substantiva da presidência francesa no Conselho da UE: a União pelo Mediterrâneo. A aproximação com os países ao sul do Mar Mediterrâneo é estratégica, dada a fronteira de imigração ilegal e de terrorismo para o continente que o mar representa.

Além disso, os benefícios econômicos da associação são claros. O Mediterrâneo é, considerado em conjunto, uma das maiores zonas de atração de investimentos estrangeiros diretos do mundo; com 59 bilhões de dólares em 2006, coloca-se pouco abaixo da China (69 bilhões) e significativamente acima do Mercosul (25 bilhões). Especula-se até mesmo sobre a complementaridade entre a economia industrial, rica, envelhecida e de crescimento lento da UE e a economia jovem, ainda primária e com carência de infra-estrutura do sul do Mediterrâneo.

A proposição da União pelo Mediterrâneo remonta ao chamado Processo de Barcelona, iniciado em 1995. Ainda assinalada sob a designação “Parceria Euromediterrânea”, a criação do órgão previa a inclusão de três cestas, em que a cooperação entre os membros da UE e os demais países com litorais voltados para o mar seria intensificada: a cesta Política e de Segurança; a cesta Econômica e Financeira; e a cesta Social, Cultural e Humana.

A vertente econômica e financeira do projeto apresentou os resultados mais prósperos, enquanto as demais tiveram desempenhos insatisfatórios. O projeto ganhou novo fôlego e atenção renovada com a proposição de seu aprofundamento em uma União pelo Mediterrâneo. O autor da proposta, o então candidato à presidência Nicolas Sarkozy, focava especificamente os aspectos menos consistentes das

deliberações iniciais do Processo de Barcelona, isto é, a vertente política e securitária.

Uma conferência inaugural para a nova União foi realizada em meados de julho (2008), em Paris. Sob os auspícios cuidadosos da diplomacia francesa, o evento foi considerado um movimento de grande relevância no sentido de promover a nova feição política da relação entre a UE e os países ao sul e ao leste do Mediterrâneo. Entre alguns Estados-membros existem incompatibilidades históricas; mas mesmo essas não impediram o comparecimento maciço de estadistas e até interações diretas, como entre os representantes israelenses, palestinos, libaneses e sírios. Entre os discursos assomou a preocupação com a paz no Oriente Médio e com a participação europeia no processo – justamente os eixos da política externa francesa para a região.

Evidentemente, a expressiva liderança francesa nas deliberações da União pelo Mediterrâneo não tem apreciação consensual entre os membros da UE. Especula-se que a tentativa de projetar a Europa para o sul, seja institucional ou cooperativamente, poderia ser uma tentativa de estabelecer “zonas de influência” francesas na região – o que seria uma analogia à predominância de capitais germânicos na Europa central e do leste, argumentam os franceses. Um agravante seria utilizar a presidência do Conselho da UE para promover interesses nacionais e arrogar recursos de toda a Europa – como é o caso da União pelo Mediterrâneo – para o benefício especial dos países mediterrâneos do bloco. Argumenta-se também que a criação da nova União criaria um vínculo “de segunda classe” para certos países com a UE – notavelmente com a Turquia – que poderia vir a substituir a condição de membro desta.

As considerações anteriores permitem que se construa um painel rico acerca da inserção internacional da França nos últimos dezesseis meses. A fim de examinar (1) se o panorama constitui uma ruptura em relação aos governos anteriores ou uma simples continuidade, e (2) se a suposta ruptura se coaduna com os objetivos externos da presente administração, far-se-á uma avaliação crítica das principais linhas de ação e dos meios de consecução

dos objetivos empregados na política externa francesa nesse período.

Em primeiro lugar, a preocupação crescente com questões de segurança é real e tem sido evidenciada pela maior participação na ocupação do Afeganistão, pela aproximação significativa com Israel, por parcelas maiores de contribuição financeira na OTAN e pelo re-aparelhamento do sistema de defesa nacional – substituindo investimentos em tropas e artilharia terrestre por maior foco na inteligência e em baterias antiaéreas. Nesse sentido o governo Sarkozy está quase diametralmente oposto àquele de Chirac.

Entretanto, incorporando a perene preocupação francesa com a sua autonomia e com a sua condição de ator global significativo, pode-se dizer que tais ações não estão imunes a escrúpulos e/ou graus de dependência. A influência norteamericana nesses tópicos é inegável: o maior envolvimento nos tópicos relativos ao Oriente Médio tem seu sucesso condicionado à efetividade das ações dos EUA no local. Em complemento, a reestruturação do aparato de defesa e da OTAN se insere em uma estratégia de revigoração de uma aliança transatlântica que, embora com pólos nos EUA e na Europa, depende da iniciativa ianque para operar funcionalmente.

Segundo, o natural papel de liderança da França perante a União Europeia teve impulsos significativos tanto com a presidência do Conselho local, quanto com as relativas dificuldades internas pelas quais o Reino Unido e a Alemanha têm passado. O meio de consecução para o incremento da influência regional foi dos mais originais e estratégicos, com a proposição da União pelo Mediterrâneo.

Se por um lado a manobra em favor do Mediterrâneo se opõe ao aprumo entre as três potências na Europa e aguça a autonomia e a significância francesas, por outro evidencia certo confinamento da política externa do país às contingências de sua política europeia. Desse modo, remete-se à pergunta que transtorna a política externa francesa: a França deve servir aos desígnios da Europa como bloco ou deve se valer dos atributos do bloco para desenvolver uma posição própria?

Como conclusão, é conveniente realizar uma reflexão sobre a presença e o peso da política externa francesa durante o governo Sarkozy. O estilo hiperativo e arguto do presidente francês, aliado à variedade de frentes em que o seu país opera, produz a sensação de um programa influente e bem concatenado – mas essa é a simples “presença” do seu projeto no mundo. A decorrência lógica é que essa presença refletisse um “peso” (ou poder) significativo por parte da França. No entanto, é passível de questionamento se (1) o êxito francês é intrínseco ou se (2) é acarretado por potências maiores, como os EUA, e relativizado por sua inserção na UE, o que cria uma fissura entre a presença e o peso do país.

Uma alternativa para a disparidade descrita seria uma postura mais modesta, com escolha pragmática de objetivos e aliados e contentamento com o papel de liderança européia. Mas isso, ao que parece, representaria uma ruptura ainda maior que a promovida por Sarkozy. Seria preterir a tradicional política exterior do país que, para o bem ou para o mal, mantém a presença francesa vívida no mundo.

Recebido em 23/08/2008

Aprovado em 31/08/2008

Palavras-chaves: França; integração regional; União Européia

Key words: France; regional integration; European Union

Resumo: o artigo trata das diferenças de administração entre Jacques Chirac e Nicolas Sarkozy na França. O país teria rompido com uma tradição vinda desde a época do Presidente de Gaulle, a fim de manter a sua importância na política internacional.

Abstract: The article deals with the differences on the administration of Jacques Chirac and Nicolas Sarkozy in France. The country would have broken the tradition originated with President de Gaulle in order to maintain France's importance on the international affairs.

